

**ANÁLISE DOS CONTOS DE CHARLES PERRAULT:
ENTRE O PRESENTE E O PASSADO.**

Educação e Trabalho.

Adriene Santanna,
Prof^a Dr^a Rita Filomena Andrade Januário Bettini
(UNESP/Presidente Prudente).
adrienesantanna@hotmail.com, bettini@fct.unesp.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os mecanismos de inculcação da ideologia burguesa que, encontra-se latente nos contos de Charles Perrault, no qual evidenciam as relações históricas da sociedade moderna, em peculiar à sociedade francesa do século XVII. Deste modo, compreendendo a organização social deste período, nos será possível conhecer o ideário ideológico atuante no imaginário social desta sociedade, que sofria conturbações na totalidade de seu Estado.

Para a realização deste fim, utilizamos como aporte teórico-metodológico o método histórico-dialético, no qual, analisa e abrange a estrutura de organização social à luz da perspectiva econômico-social, em outras palavras, compreende a sociedade por meio das relações estabelecidas entre a natureza humana e o modo de trabalho e produção, que propiciam a satisfação das necessidades de subsistência humana.

Portanto, por meio das categorias referentes a esta perspectiva de interpretação dos acontecimentos sociais, seremos capazes de reconhecer os fundamentos de cunho ideológico alienante que se encontram subjacente às concepções do homem francês, sendo este, capaz de reproduzir, em sua existência, os valores correspondentes à imposição da burguesia às demais classes.

Assim, conforme essa perspectiva metodológica, nos é possível encontrar elementos, nos textos literários, que se constituem próprios da classe dominantes, ou seja, a burguesia. Logo, as apologias e a inculcação de somente um padrão de comportamento e pensamento presentes na sociedade francesa, se evidenciam em diversos contos de Perrault.

Portanto, é de imenso valor conhecer quais as concepções sociais que estes e outros contos inculcam no imaginário do homem, em especial da infância, ocasionando assim, a apropriação de valores pertencentes a classe que se quer dominantes, influenciando em todos os espaços da sociedade -público e privado- impondo a todos, a sua concepção de estrutura social, político e econômico, logo o histórico.

Palavra chave: Alienação Social, Literatura Infantil e Ideologia

INTRODUÇÃO

A origem do gênero literário destinado à infância é demarcada pela publicação do livro intitulado “Contes de Ma Mère l’ Oye” (Os Contos da Mamãe Gansa) por Charles Perrault na França em 1697. Para a elaboração desta obra o autor buscou as histórias que refletiam o cotidiano da sociedade do século XVII, as quais foram perpetuadas por gerações, na forma de narrativa oral, desde as suas origens francesas, datada entre o século XI e XVII.

Por meio destes contos levantaremos algumas questões referentes às mensagens de cunho ideológico e alienante que, no momento de sua transcrição, encontrava-se presentes na sociedade francesa setecentista. Observa-se que as mensagens transmitidas por estas histórias evidenciam, tanto de maneira implícita quanto explícita, a disseminação da ideologia particular de uma classe em ascensão, que tinha como objetivo repor os modelos de relações existentes naquela sociedade, em função das concepções burguesas de valor, ética, estética e pensamento. Ou seja, através de sua concepção de sociedade, com seus valores particulares, esta classe inculca no todo social percepções que a ela pertenciam, tendo-os como verdadeiros.

Pode-se constatar que o próprio autor retira a “moral” contida nos contos, podendo ser observado no fim do discurso como a “moral da história”, que nada mais é que a ideário moralizante claro a todos os leitores e ouvintes. Esta “moral” encontra-se envolta intensamente em valores ocultos, que sem a consciência objetiva, adentra no imaginário, tornando-se valores irrevogáveis e legítimos, encobrendo as reais relações ocorrentes no seio da estrutura capitalista, tendo como único objetivo a interiorização de sua concepção de mundo e conseqüentemente, promover a ascensão de uma classe em específico.

Os contos de Charles Perrault serão retirados de três diferentes livros, de maneira que, haja a confiabilidade na utilização dos textos, visto que estes contos têm por origem a língua francesa. Assim, os textos os quais serão utilizados como objeto da análise ideológica proposta neste trabalho serão retirados dos respectivos livros: *Contos de fadas*, Tradução: Monteiro Lobato, Editora Nacional, Ano 2002, Edição 1, 71p.; *Os contos da mamãe gansa*, Tradução: Ayalla K. de Aguiar, Carmem M. Serralta, Elisa Tamajureika, Mario Alves Miller, Maria Stella Dischinger da Cunha, Rosa M. M. de

Freitas, Ilustração G. Diré, Editora Paraula, Ano 1994; *O gato de botas*, Tradução Fernanda Lopes de Almeida, Editora Ática, Ano 1999, Edição 1, 16p.

Para a análise dos contos, faremos uso, como fundamento metodológico, o método histórico dialético, proposto por Karl Marx e Friederic Engels no século XIX. Esta teoria analisa os acontecimentos históricos pela perspectiva econômico-social, ou seja, utiliza como base de interpretação, as relações intrínsecas da natureza humana com o meio de produção de bens materiais, que por fim, destina-se à satisfação das necessidades humanas. Contudo, estas relações estabelecidas entre as classes priorizam em principal a classe hegemônica que manipula a organização objetiva da sociedade, ocultando desta forma, as relações conflituosas existentes na sociedade capitalista.

Deste modo, é essencial à compreensão, nas obras de Perrault, como também de outras obras, das questões relativas aos processos sociais entre as classes compostas pelo novo modo de produção burguês, isto é, capitalista. Em outras palavras, é de suma importância distinguir os elementos ideológicos utilizados pela classe burguesa, através dos contos, com a finalidade de ratificar e perpetuar a dominação social e econômica sobre a classe oprimida, ocultando dessa forma, a luta que se trava entre as classes antagônicas.

Para se ter o conhecimento real das relações decorrentes da sociedade capitalista faz-se necessário, como afirma Lukács, analisar os fatos como pertencentes a um condicionamento histórico, visto que, não decorrem das relações imediatas. Em outras palavras, esses fatos, que encontram-se carregados de ações historicamente determinadas, e, por isso, precisam ser vistos como pensamentos elaborados e reestruturado por homens que por um lado, reproduzem o pensamento alienante da classe hegemônica, que de fato, obscurecem a realidade e por outro lado, que são homens que pertencem a um sistema político que penetra no imaginário impondo a eles valores, a fim de favorecer uma determinada classe, objetivando o acúmulo de capital e a exploração de outros homens sem poder político e econômico.

Portanto, consideramos de imenso valor, o conhecimento por todos os envolvidos com a Literatura Infantil, dos discursos subjacentes aos textos e que influências, de cunho social, estas obras propiciam. Essas representações impostas somente por uma classe, interferem na compreensão da realidade tal como ela se constitui, podendo ser evidenciado assim, a distância entre discurso e realidade.

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A proposta que apresentamos neste trabalho objetiva analisar o discurso velado, presente nos contos de Perrault, tendo como base o método determinado pelo objeto, em outras palavras, utilizaremos o método que melhor abrange os elementos constituintes do processo social, nos quais as histórias infantis estão imersas. Assim, a teoria histórico-dialética, fundamenta e justifica as hipóteses que aqui pretendemos esclarecer, deste modo, empregamo-lo para analisar, as considerações referentes às categorias teórico-metodológicas necessárias para analisar e desconstruir o discurso subjacente aos textos de Perrault.

Para se compreender melhor a importância que as idéias e a ideologia, possuem na sociedade, bem como, compreender o contexto social, econômico e político de Perrault, nos é necessário compreender a análise histórica que a teoria histórico-dialético nos apresenta.

Para Lukács a compreensão da sociedade, bem como da realidade não se encontra exposta de forma imediata, em outros termos, passível de análise momentânea. A percepção da sociedade, em específico a sociedade capitalista, ocorre pela compreensão de que os elementos históricos encontram-se vinculados aos fatos presente; ou seja, estes fatos devem ser utilizados como ponto inicial para um estudo mais profundo, que supere a ilusão e o real.

Para captar adequadamente as coisas é preciso começar por captar clara e precisamente esta diferença entre sua existência real (*realen Existenz*) e sua estrutura nuclear interna (*inneren Kerngestalt*), entre as representações formadas sobre elas e seus conceitos. Esta diferenciação é o primeiro pressuposto de uma consideração realmente científica, a qual, segundo as palavras de Marx, ‘seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem de modo imediato.’ (LUKÁCS apud DILLENBURG, 2006, p. 24)

Assim, os falsos conceitos que “exprimem” a realidade, nada mais são que elaborações sociais que obscurecem¹ sua compreensão; estas ilusões a cerca da história das sociedades devem ser vistas como uma aparência a ser superada, ou seja, o estudo dialético deverá partir das considerações irreais para uma apreensão da essência social.

Para Pires (1997, p. 86):

O método dialético que desenvolveu Marx, o método materialista histórico dialético, é método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis.ⁱⁱ A reinterpretação da dialética de Hegel (colocada por Marx de cabeça para baixo), diz respeito, principalmente, à materialidade e à concreticidade. Para Marx, Hegel trata a dialética idealmente, no plano do espírito, das idéias, enquanto o mundo dos homens exige sua materialização.

Para Marx e Engels (19--., p. 49) o materialismo “... não tenta explicar a prática a partir da idéia, mas sim a formação das idéias a partir da prática material”. Contrariamente as considerações apontadas por Hegel sobre a história, o qual a analisa por meio das idéias, representações e conceitos que expressariam as relações reais, a teoria histórico-dialética parte da materialidade, ou seja, das relações concretas que ocorrem empiricamente na sociedade.

A nossa premissa são os indivíduos reais, a sua acção e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas aquando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Essas bases são portanto verificáveis por vias puramente empíricas. (19--., p. 18)

Assim, a realidade segundo a ótica materialista, não deve ser compreendida através do puro “trabalho intelectual”, isto é, da crítica como afirmam os hegelianos. A análise da realidade, para Marx e Engels, deve ter como ponto de partida as práticas, isto é, as manifestações realizadas pelos indivíduos com a finalidade de satisfazer suas necessidades, e que, portanto, revelariam as relações concretas, logo, a vida material. Como afirma Marx e Engels:

A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exactamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo *que* produzem como com a forma *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. (19--., p. 19, grifo do autor)

Com isto posto, esse método examina o todo social à luz de uma perspectiva antropológica, ou seja, a sociedade é vista como construída por sujeitos históricos, participantes e atuantes dos processos sociais, e que produzem seus bens de subsistência de acordo com as relações reais vigentes. Conforme Marx e Engels (19--., p. 24): “Como vemos, são sempre indivíduos determinados, com uma actividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas

determinadas”. Deste modo, compreendemos que os homens são determinados para produzirem e sobreviverem conforme o modo de produção presente na sociedade em que estão inseridos.

Outro fator de grande importância presente na teoria dialética assenta-se na transformação da realidade, porém, este método não visa somente a modificação do todo social por si, mas ao mesmo tempo, uma transformação individual. Em outras palavras, esta teoria propõe a reflexão do todo social, visando a relação entre teoria e prática, ou seja, a práxis. Para tanto, a realidade deve permitir às classes a compreensão de sua participação nos processos sociais; como confirma Marx apud Lukács (1974, p. 16) “Não basta que o pensamento tenda para a realização, é preciso que a própria realidade tenda para o pensamento”.

Concluimos, portanto que a dialética marxista caracteriza-se por uma dialética que objetiva oferecer instrumentos para uma análise e apreensão da realidade para que assim, possa transformá-la. Assim, como afirma Lukács (1974, p. 16) “A dialética materialista é uma dialética revolucionária” e ainda o mesmo autor conclui: “(...) para o método dialético, a transformação da realidade constitui o problema central.” (p. 18)

Isto posto, compreendemos que as relações estabelecidas pelos grupos sociais são dirigidas por fatores econômicos que encontram-se incorporados no sistema social da época, que, neste caso, refere-se ao sistema capitalista. Assim, a teoria histórico-dialética vem propor à todos uma transformação nesta estrutura socialmente determinada, a fim de se clarear os mecanismos de alienação social impostos pela classe que se quer hegemônica.

Para se compreender melhor a constituição da sociedade capitalista e o modo de produção desta sociedade é preciso nos reportar as organizações sociais anteriormente estabelecidas, que foram produzidas através das relações humanas e de produção. Para isso, seguindo as considerações de Marx e Engels, encontram-se, nestas organizações sociais, dois fatores que impulsionam a sociedade e conseqüentemente a História: as condições materiais de produção (as forças produtivas e o meio de produção) e a divisão social do trabalho, isto é, a separação das classes sociais, inicialmente conduzidas pela diferença sexual e que, na sociedade capitalista, encontra-se ampliada a totalidade das relações de trabalho.

Em todos os modos de produção encontram-se dois pólos: os proprietários privados e a não-proprietários. Entende-se por proprietários privados aqueles indivíduos que possuem o direito legitimado, pela divindade ou pelo Estado, de usufruírem dos recursos naturais, e ao mesmo tempo, serem detentores dos instrumentos de produção que, tem como utilizadores aqueles indivíduos que venderão seu trabalho. Assim, esses indivíduos, os não-proprietários, que possuem unicamente a sua força de trabalho, vendem, como único meio de sobrevivência, sua mão de obra.

Assim, como afirma Cueva Apud Deiró (Pág, 27):

[...] o número das classes (...) é fundamentalmente dois para cada modo de produção no qual existe um mecanismos de exploração que, no plano das relações sociais de produção, organiza necessariamente oposições bipolares: amos – escravos; senhores – servos; burguesia – proletariado

Conforme Chauí (2001, p. 414):

[...] as formas de propriedade dos meios de produção e das relações com as forças produtivas ou de determinações sociais decorrentes da divisão social do trabalho constituem os *modos de produção*.

De acordo com Chauí (2001) na história das civilizações, há diferentes configurações de sociedade, implicando desta maneira, em distintas formas de propriedade, na qual encontram-se diferentes formas de aplicação da divisão social do trabalho e das forças produtivas.

Assim, afirma Chauí (2001, p. 413)

A produção e a reprodução das condições da existência se realizam, portanto, através do trabalho (relação com a natureza), da divisão social do trabalho (intercambio e cooperação), da procriação (sexualidade e instituição da família) e do modo de apropriação da Natureza (a propriedade).

A sociedade inicia-se a com a propriedade tribal, baseada na unificação dos indivíduos através da família, estando dividida pelas funções exercidas pelos indivíduos, ou seja, a hierarquização da sociedade ocorria pela via da divisão do trabalho, que tinha como princípio fundamental as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Depara-se nesta forma de propriedade com uma divisão mais simplificada composta por servos e senhores.

Outra forma de sociedade e de relações produtivas é a propriedade feudal, a qual tem como alicerce as relações estabelecidas entre senhores, (os detentores das propriedades fundiárias) servos (que trabalham para os senhores em suas terras) e de artesões livre que localizavam-se nas cidades.

De acordo com Chauí (2001, p. 413):

Entre eles surge uma figura intermediária: o comerciante. As lutas entre comerciantes e nobres, o desenvolvimento dos burgos, do artesanato e de atividade comercial, conduzem à mudança que conhecemos: a propriedade privada capitalista.

Por fim, compreendemos a sociedade capitalista como a integração de sujeitos que dividem e compartilham o mesmo espaço histórico, no qual são regidos e regulamentados pelo modo de produção e seu sistema de determinações econômicas, que tem, por sua vez, como único mediador o capital. Desta forma, é possível afirmar que nestas relações estabelecidas entre e pelos sujeitos, sendo estas de diferentes ordens, possuem vínculos intrínsecos a natureza econômica do modo de produção capitalista.

Segundo Deiró (2005), a sociedade capitalista é constituída em dois níveis que a rege e lhe dá organização: a infra-estrutura e a superestrutura. A primeira, constitui nas relações entre homens e o modo de produção. Assim, o vínculo estabelecido entre os homens e a natureza é definido como *Forças Produtivas* que, por meio da apropriação dos recursos naturais, produzem seu meio de subsistência e, além disso, geraram o acúmulo de riquezas através da exploração de mãos-de-obra, conduzindo à composição das classes sociais. Isto quer dizer que as interações ocorridas no âmbito do trabalho encontram-se mediadas pela produção e acumulação de riquezas, e que consequentemente ocasiona na separação da sociedade por classes e funções sociais.

Nesse sentido, os modos de produções encontram determinados pela divisão social do trabalho que, regulamenta o modo de apropriação dos recursos naturais, desunificando e impedindo ao mesmo tempo, a possibilidade da unicidade entre os diferentes trabalhos e trabalhadores, isto é, separa o trabalho não somente pelo fator biológico do indivíduo (sexo), mas por sua vez, há a “... distinção entre agricultura e pastoreio, entre ambas e o comercio, conduzindo a separação entre o campo e a cidade. Em cada uma das distinções operam novas divisões sociais do trabalho.” (CHAUÍ, 2001. p. 413)

Portanto, a divisão social do trabalho encontra-se vinculada a composição da propriedade, desta forma, a desarticulação entre os instrumentos e condições de trabalho (meio de produção) e as forças produtivas, conduzem a diferença entre o poder público e o privado. Entretanto, a diferenciação entre a o público e privado se dá de maneira mascarada, sendo perpetuada pela e na criação do Estado.

Desta forma, o objetivo nascente da luta de classe se funda na apropriação do poderio estabelecido nas mãos do Estado, ou seja, esta luta entre as classes objetiva controlar o Estado a fim de assegurar os interesses das classes. Diz Deiró (2005,p. 29):

O objetivo das lutas de classe é obter o poder do Estado, a fim de que a classe “vitoriosa”, isto é, dominante numa determinada formação social, utilize o Estado juntamente com todos os seus aparelhos, para a imposição, defesa e reprodução das condições que garantem os seus interesses de classe.

Outra estrutura constituinte da sociedade capitalista refere-se a superestrutura, que possui organizações de caráter jurídico-político e ideológicos. Estas instituições estabelecem convenções sociais que tem por finalidade manter e impor a ordem social, ou seja, a superestrutura como veículo divulgador e promotor do Estado, pretende perpetuar a reprodução das divisões sociais do trabalho, e, além disso, a manutenção e a perenidade das relações existentes na produção.

Portanto, observa-se que, através do Estado, a classe que deseja se perpetuar como dominante atua. Isto quer dizer que, esta classe, por meio das instituições existentes no Estado, manipula e difunde as relações existentes em seu modo de produção, a fim de obter benefícios para si, visto que, para a constituição e manutenção desta dominação faz-se preciso manter o modo de produção, apropriação e dominação estabelecido. Isto implica na reprodução dos mecanismos de alienação social, ou seja, reproduzem-se os ideários anteriormente determinados para todos os indivíduos, de forma que os próprios indivíduos reproduzam as relações que foram a eles impostos e que ainda encontram-se vigentes, isto é, relações de exploração e dominação. Por conseguinte, o meio pelo qual a classe hegemônica se utiliza para a manipulação de toda uma sociedade, ou seja, o mecanismo utilizado para a alienação do todo social, consiste na disseminação da ideologia pela via das instituições de Estado e apropriação daquela ideologia pela sociedade como um todo.

Assim, segundo Chauí (2001), podemos definir alienação como a criação de algo que se torna independente do criador, tornado capaz de sua auto-constituição. Assim, os criadores não se reconhecem como tal, retirando da obra, por eles produzida, o vínculo com o criador.

Partindo deste princípio, a sociedade capitalista simplificou, segundo Marx (1848), os antagonismos de classe, isto é, através da divisão social do trabalho separou os homens detentores dos meios de produção de homens que vendem o seu trabalho como mercadorias, alienando este trabalhador do processo total de fabricação dos meios e de sua história. Em outras palavras, para Marx, a alienação consiste na venda de força de trabalho, juntamente com a desapropriação dos bens e meios de produção material, tornando o trabalho exterior ao trabalhador. Logo, não sendo este, capaz de se reconhecer como membro integrante de uma estrutura de organização de produção e a imposição de valores peculiares da classe burguesa à classe trabalhadora.

Para abranger o processo que a ideologia percorre no interior da sociedade capitalista, é indispensável partir do princípio de que há indivíduos que elaboram valores históricos pertencentes a uma determinada classe, dessa forma, apresentam esses preceitos, para o todo social. Esses sujeitos, responsáveis pela estruturação de uma realidade invertida, logo subjetiva, são denominados, segundo Gramsci (1968), por “intelectuais orgânicos”, que nada mais são que indivíduos que direcionam, por meio de uma organização anteriormente pensada, a sociedade, em função dos interesses de classe a qual pertencem e endossam. Há, além disso, aqueles intelectuais caracterizados pelo mesmo autor, de “intelectuais tradicionais” que, não se constituindo como membros originários da classe dominante, operam em favor desta, ou seja, são indivíduos que, de posse dos elementos pertencente à camada dominante, transmitem e reproduzem as percepções e representações da sociedade civil em favor dos interesses da classe que se deseja manter no domínio. Assim, é presumível compreender que a função estabelecida pelos intelectuais tradicionais corresponde à manutenção do *status quo* da sociedade na qual se encontram inseridos.

Partindo deste princípio, faz-se imprescindível, compreender a definição de ideologia. Por meio da alienação social, as idéias do senso comum perpetuam-se por todos os extratos da sociedade. Este ideário construído pela sociedade, anteriormente é elaborado por indivíduos, ou seja, pelos seus “intelectuais orgânicos”, da classe

dirigente, em função da visão sobre os processos sociais desta classe. Assim, segundo Chauí (2001, pág. 174) “essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a ideologia...” Portanto, caracteriza-se por um sistema de representações e idéias pertencentes a um grupo específico ou classe social, e que são transmitidas e incorporadas pelas demais esferas sociais como sendo legítimas e pertencentes a todos. Assim, a ideologia pode ser compreendida, segundo Brandão (2006, p. 21) como:

[...] um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade [...]

Possuindo uma base real, a ideologia reelabora a realidade e a inverte, ou seja, trata-se da inversão de concepções e representações social, em outras palavras, é o mascaramento do modo como se dá a apropriação da natureza pelos homens, como realiza e pensa seu trabalho e em quais reais condições este trabalho é realizado; criam-se, assim, ilusões a cerca da realidade, tendo como ponto de partida os interesses particulares da burguesia, isto é, a exploração do homem objetivando o acúmulo de capital.

Portanto, a ideologia é material, e está materializada nas ações e práticas que conduzem a sociedade a compreender a realidade de forma distorcida, delineando as, representações e normas que organizam as condutas sociais. (Brandão, 2006). Desse modo, a ideologia é necessária para se manter a dominação social, visto que, com a manipulação dos ideários, a sociedade permanece reproduzindo e aceitando suas condições de existência. Para além de reafirmar e justificar os interesses econômicos da classe dominante, a ideologia, segundo Poulantzas apud Deiró (2005, p. 33):

[...] um dos caracteres particulares da ideologia burguesa dominante consiste no fato de esconder, de maneira absolutamente específica, exploração de classe, na medida em que qualquer traço de dominação está sistematicamente ausente da linguagem própria.

Por isso, afirmamos que além de encobrir a realidade objetiva da sociedade, a ideologia também silencia os indivíduos, pois, cria órgãos e conseqüentemente, mecanismos de alienação social que mantêm a ordem social no imaginário, enquanto que a realidade objetiva manifesta a dominação e exploração que verdadeiramente ocorre. (Deiró)

Como o objetivo da luta de classe é obter o controle do Estado, este segue as determinações do “vencedor”, que neste momento consiste na classe dominante, endossando seus interesses e, ao mesmo tempo, criando mecanismos de inculcação e reprodução da ideologia dominante. Althusser (1970), segundo Brandão (2006) e Deiró (2005), nos trás a análise da estrutura do Estado, e nos apresenta os aparelhos do Estado, que nada mais são que o conjunto de órgãos presentes na estrutura de uma sociedade. Esses aparelhos do Estado

[...] tem como função permitir às classes dominantes assegurar a exploração da classe trabalhadora, que consiste da apropriação da mais-valia no sentido de acumulação privada de capital e do impedimento da oposição a essa exploração. (DEIRÓ, 2005, p. 29)

Assim, o objetivo do Estado é manter e perpetuar a dominação da classe dominante sob a classe dominada, e para isso, cria órgãos que gerenciam a sociedade, manipulando ações e inculcando ideários que possam beneficiá-los. Althusser classifica os órgãos em dois tipos de aparelhos: repressivos e ideológicos.

Segundo Deiró (2005, p. 29) os aparelhos ideológico e repressivos do Estado podem ser definidos como:

- Aparelho ideológico do Estado (AIE): Objetivam “a inculcação da ideologia dominante pela família, pela escola, pelos sindicatos, pelos partidos, pelos meios de comunicação cultural e outros”.

- Aparelhos repressivos do Estado (ARE): Objetivam “garantir a exploração pela violência, física ou “administrativa”, do governo, das prisões, dos tribunais, do exército, da polícia”.

Portanto, observa-se que há todo um mecanismo bem estruturado que atinge diversas dimensões sociais com sua ideologia, ou seja, expandi à todos o seu modo de compreender a sociedade, e ao mesmo tempo, camufla as contradições e a explorações que o homem sofre em benefício de uma sociedade com princípios “de igualdade, democracia, fraternidade e liberdade”.

Para esclarecer, esses princípios são apresentados por Deiró (2005, p. 32):

[...] a classe dominante expressa os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade universais, quando, na realidade, promove uma práxis antilibertadora, antigualitária e antifraterna. Para sustentar esse tipo de ação opressora, é preciso elaborar um discurso ideológico que mistifique tal contradição, e que poderia ser resumido na seguinte forma: os indivíduos que compõem à comunidade nacional são apresentados como tendo uma “igual e livre” participação na vida social, econômica e política, permanecendo, entretanto, “sob a égide das classes dominantes, que são consideradas encarnadoras da vontade popular” (citação da autora, PULANTZAS, p. 33)

Retomando, Brandão (2006, p. 23) esclarece que a diferenciação posta por Althusser entre os dois aparelhos do Estado consiste na sua “forma de funcionamento”, ou seja, o AIE atua principalmente na inculcação da ideologia, funcionando secundariamente pela repressão, enquanto que no ARE prevalece a repressão e secundariamente a ideologia. Assim, observa-se que esses dois aparelhos não trabalham de forma independente, pois, para que haja a atuação do ARE, e este seja legitimado, é preciso que haja um “consenso”, uma aceitação social, que afirme e reafirme a necessidade de órgãos e ações que possibilitariam a “ordem social”, e é neste momento que a ideologia aparece, legitimando e incutindo essa necessidade, obscurecendo a realidade do trabalhador/indivíduo, sua participação na sociedade, bem como promovendo a imutabilidade da ordem social e conseqüentemente das relações sociais, sendo vistas como algo pronto e em seu melhor aprimoramento.

Como confirma Brandão (2006, p. 23):

Althusser assinala que, como todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos AIE, a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem condições necessárias para a reprodução das relações de produção.

Devemos lembrar que esses órgãos (exercito, escola, sindicatos, telecomunicações etc.) são formados por pessoas que possuem um vínculo social, ou seja, são indivíduos que encontram-se inseridos nessa sociedade capitalista e sofrem as manifestações ideológicas e repressivas que estão postas, e, portanto, relembro

Gramsci (1968), podendo tanto atuar como reprodutores, quanto criadores dos ideários dominantes

Deste modo, a consciência do indivíduo, como afirma Chauí (2001) é transformada em função do modo de produção vigente na sociedade, interpretando e compreendendo as relações sociais de acordo com o a organicidade do sistema presente. Assim, a interpretação realizada pelo indivíduo de si, encontra-se veemente relacionada com os ideários historicamente determinados pelas condições econômicas presentes em sua sociedade. Segundo Chauí, Marx e Engels “... afirmaram que, ao contrário do que se pensa, não são as idéias humanas que movem a História, mas são as condições históricas que produzem as idéias”. (2001, p.414)

Para esta teoria, consciência pode ser apreendida como a compreensão da totalidade social, de forma que, os componentes de uma sociedade reconheçam a si e as manifestações ocorridas em seu seio, visto que, estas manifestações, encontram-se vinculadas à época de sua execução, isto quer dizer que, as ações realizadas pelos indivíduos e as percepções que os homens têm sobre elas e de si possuem um vínculo intrínseco com o regime social vigente, ou seja, as percepções tidas pelos indivíduos, a cerca de sua realidade, encontra-se imersa em valores presentes nesta sociedade.

De acordo com Lukács (1974) o materialismo dialético afirma que, nos processos históricos os homens possuem consciência da realidade e de suas ações, porém, há uma falsa consciência que os orienta, ou seja, as realizações ditas como “naturais” e “individuais”, nada mais são que ações regidas pelos interesses da classe hegemônica, isto quer dizer que, os interesses econômicos da burguesia são interiorizados pelos indivíduos, de forma que, os homens compreendam suas ações e fatores ocorridos na sociedade de forma deturpada, como sendo próprias. Assim:

Na medida que a ideologia é assimilada e aprendida na consciência e veiculada ou divulgada através do discurso, as contradições sociais reais que o indivíduo vive objetivamente na prática social perdem sua total dimensão pela visão ideológica importada e interiorizada na consciência do indivíduo. (BETTINI, 1984, p. 16)

Desta forma, a ideologia faz com que a realidade seja vista de acordo com os interesses da classe dominantes, logo, não há o conhecimento real da realidade,

contribuindo, assim, para a não consciência de si, isto é, a ilusão social compromete o sentimento de identidade individual e de classe, fazendo com que o indivíduo não se reconheça como um objeto.

Portanto, para o homem se reconhecer como ser social lhe é preciso conhecer o seu papel de objeto-mercadoria perante a sociedade, ou seja, faz-se necessário compreender as relações sócio-econômicas que está imerso. Assim, “o operário reconhece-se a si próprio e reconhece as suas próprias relações com o capital”. (LUKÁCS, 1974, p. 188)

CONTEXTO HISTÓRICO

Para se traçar às manifestações históricas da sociedade moderna, no qual atuaram substancialmente na elaboração das narrativas reunidas por Charles Perrault, faz-se por necessário analisar alguns elementos político-sociais que possibilitaram a modificação da composição estrutural que o período medieval compunha.

Bettini (2006, p. 79) descreve: “[...] as novas relações econômicas e políticas geradas no período medieval desde logo se constituem como o germe destruidor daquele período histórico no qual foi gestado” Deste modo, compreendemos que no seio da organização medieval houve a criação de elementos responsáveis pela destruição deste processo.

Com o nascimento da classe burguesa, houve distintas modificações na estrutura social, que organizada por esta classe em ascensão, possibilitou o surgimento de novas concepções e modos de organização social. Tanto na esfera pública quanto na esfera privada há a impressão de pensamento pertencente a esta classe, que tinham como objetivo o controle social, isto é, o controle coletivo e individual, bem como a imposição deste novo modo de produção.

Esta nova classe se apresenta, na idade moderna, como uma nova organização da sociedade pré-capitalista, ou seja, ambiciona neste momento deter o controle dos processos políticos do Estado absolutista, e para isso, manipula toda sociedade, inculcando sua filosofia de composição social.

É, portanto, possível observar que há vinculado à alta classe francesa do século XVII, duas castas distintas: “a sociedade da corte”ⁱⁱⁱ e a “civilização de boas maneiras”,

nos quais, se diferenciam na valorização da etiqueta e no formalismo social. Para a aristocracia segundo Cambi, (1999, p. 309): “na base não está o calculo, mas o simbólico, ligado ao “prestigio” a ao *status* e que, portanto pode também ser totalmente inútil e gratuito.”.

Segundo Cambi (1999, p. 310), regulamentada pela busca incessante de se diferenciar das outras classes, a “sociedade da corte” encontrava-se em constantes mudanças, que variavam desde sofisticação à simplificação de suas etiquetas e convenções enfadonhas. Esta classe tinha como pilar o rei Luiz XIV, que não se encontrando livre destes formalismos, estabelece etiquetas e ao mesmo tempo, utiliza destas convenções para estabelecer “um mecanismo de regulamentação, segurança e vigilância”^{iv}, ou seja, de posse dos elementos que organizam a esfera aristocrática, a Luiz XIV cria “um organismo quase perfeito para despolitizar e controla-la”. Portanto, “a corte torna-se, assim, um cenário de estilo de vida e cultura (aristocrática, fantástica, ornamental, classicista) que impõem modelos- de comportamento e ideológico- a toda a sociedade, vindo assim, de certo modo, educa-la”

Se a “civilização de boas maneiras”, representada pela classe burguesa, por um lado imita e simplifica algumas convenções próprias da aristocracia por outro, cria suas próprias etiquetas, estabelecendo assim, “códigos de amor ou códigos de conversação ”^v que terão como cerne a estruturação da família burguesa, atingindo em especial a infância.

Sobre boas maneiras escrevem-se livros, estabelecem regras e exceções, produzem máximas e provérbios como modo de memorizar as normas e difundi-las por toda a sociedade, começando com as crianças, para as quais devem voltar-se nesta campanha de civilidade tanto a família - e justamente aquela família nuclear burguesa que agora investe sua própria função social e suas próprias relações afetivas sobre os filhos - como a escola, com seu sistema de interdições, de castigos e de controles (Cambi, 1999, p. 310)

A França, de Luiz XIV, encontra-se em um período de conturbações e contradições, conflitos estes, como já apresentados, entre valores de uma aristocracia parasita de um rei absoluto, com o caráter puramente simbólico, e as concepções de uma burguesia desejosa do poder político, que se encontra estabelecido nas mãos dos monarcas, e do prestígio que esta aristocracia ainda obtinha.

Para isso, apresenta um ideário que submete todas as dimensões do Estado, organizando os espaços públicos e privados, segundo os parâmetros ideológicos pertencentes à nova constituição social. De acordo com Goulemot apud Cambi (1991) no período moderno o poder político objetiva controlar o comportamento humano e a produção dos bens materiais. Desta forma, o século XVII submeteu toda uma sociedade a um padrão de pré-determinado pela classe burguesa, ao ponto que há o controle social dos indivíduos, ou seja, a sociedade burguesa setecentista a fim de manter a organicidade de sua estrutura, dá início a exclusão, do convívio social, de marginais, doentes e delinquentes que, comprometiam esta ordem por eles almejada.

Portanto, para a realização do domínio social, essa burguesia transmite suas concepções por meio dos processos educativos, que orientam o ideário burguês desde a infância. Em outras palavras, utilizam de meios pedagógicos, a fim de implantar valores correspondentes as novas necessidades sociais e políticas que emergiam. Há, portanto, a instituição de modelos e princípios pedagógico-moralizantes que, nortearam esta preponderância. Fénelon e Locke criam modelos que dirigem tanto a organização da classe burguesa, quanto à nobreza e o proletariado. O primeiro autor destina seus estudos a todos os membros constituintes da sociedade moderna, de modo que o racional prepondere sobre o comportamento humano. Logo, nos apresenta as histórias infantis como meio de reflexão das práticas a serem corrigidas, deste modo, não há a necessidade de retificar fisicamente as atitudes indevidas realizadas pelo infante. Já Locke, propõe seus estudos à burguesia, criando um modelo educacional que prepara o verdadeiro *gentleman* que conduziria a sociedade. Segundo Cambi (1999, p.318)

Este *Gentleman* deverá ser capaz de controlar suas pulsões, através do uso da razão, que mostrará a ele o melhor caminho a ser seguido, é aquele que obedece a seus pensamentos, que “experimenta sentimentos de humanidade”, possuídos de boa linguagem, bons comportamentos e boa educação possuindo assim um conceito fundamental: não ter um conceito demasiado baixo dos outros

Segundo Manacorda (2004) o *gentleman* é educado para a liberdade de pensamento, ou seja, a educação de boas maneiras, do bom comportamento, das gentilezas, desempenha um papel fundamental no que se refere a educação. A apropriação da cultura escolar, para Locke não se configura na única educação que o

indivíduo virtuoso deve ter, no entanto, é imprescindível, porém menos importante. Locke apud Manacorda (2002, p. 226) afirma que:

Deve-se ter cultura, mas essa deve estar em segundo lugar e subordinada a qualidades superiores. (...) Este é o ponto principal: e após ter providenciado tudo isso, podereis pensar na cultura como algo a mais e, até, com menos esforço, seguindo outros métodos que poderão inventar. (Trad. It. 10)

Contudo, para os não-burgueses a educação deve ser ministrada juntamente com o trabalho (Workhouse-schools), preparando os infantes para a realidade industrial, ou seja, as escolas populares tinham como objetivo preparar os indivíduos “para atividades relacionadas com a indústria fundamental do país, a indústria têxtil de lã, doutrinando-as ao mesmo tempo na religião oficial”. (MANACORDA, 2004, p. 225).

Segundo Coelho (1991, p. 74), foi no reinado de Luiz XIV que se deu a possibilidade de originar as narrativas infantis, pois, por um lado, este reinado que provocou grandes confrontos religiosos e laicos, juntamente com o crescente índice de pobreza, trazendo á sociedade francesa um clima de mal-estar junto ao medo e a incerteza, por outro lado, foi em seu reinado que houve a possibilidade de um grande desenvolvimento cultural, destacando-se o aprimoramento das letras, das artes e das ciências, motivando o surgimento de um novo modelo literário: a literatura infantil.

Assim, é presumível afirmar que no século da transcrição dos contos, Perrault encontrava-se em uma sociedade composta, tanto por convenções aristocráticas, quanto fundamentalmente por princípios burgueses, os quais se evidenciam nas narrativas, a fim de desenvolver o indivíduo, controlando sua subjetividade e organizando suas relações tanto no recinto público, quando no privado. Assim, os ideários encontrados em especial nos contos, articulam as representações da sociedade sob a ótica burguesa setecentista.

Portanto, é possível observar que estes textos de Perrault preocupam-se mais com a transmissão de valores e normas de comportamento do que com a utilização da linguagem literária. Deste modo, podemos encontrar múltiplas concepções, dentre as quais, os valores familiares encontram-se presentes em diversos textos; a família burguesa é composta por membros que ocupam determinados lugares que lhes são destinados. Isto evidencia é o controle da organização privada por meio de deliberações

de funções sociais, inculcando princípios que estão ocultos e até mesmo explícitos nos contos. Além disto, há a presença constante das apologias, tanto ao belo, quando a esperteza, entre outras, evidenciando, portanto, certos conceitos que se encontravam aceitos e influentes no imaginário social da França no século XVII.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÉS, P; e DUBY, G; Goulemot; 1991.**História da vida privada – Da Renascença Ao Século das Luzes**, São Paulo: Companhia das letras,

BETTINI, R. F. A. J,(1984) **O Discurso do Professor Universitário**, Piracicaba, 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba Centro de pós-graduação.

BRANDÃO, H. H. N, (2004) **introdução à análise do discurso**, 2º Ed. Ver, Campinas: Editora UNICAMP.

BONAZZI, M.; ECO, H; (1980) **Mentiras que Parecem Verdades**, 7º. Ed., São Paulo: Summus, 1980.

CAMBI, Franco, (1999) **História da Pedagogia**, São Paulo: Unesp.

COELHO, Nelly Novaes, (1991) **Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil**, São Paulo: Ática.

DILLENBURG, F. F. (2006) **Método dialético e política em Lukács** Campinas, 100f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

CHAUÍ, Marilena (2001) **Convite à filosofia**, São Paulo: Ática.

DEIRÓ, Maria de Lurdes Chagas (2005) **As belas Mentiras: A ideologia Subjacente aos textos didáticos**, 13. Ed., São Paulo: Centauro

ENGELS, Friedrich, (1991) **A origem da família, da propriedade privada e do estado**, 12º Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GRAMSCI, Antonio (1968) **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

LUKÁCS, Georg (1974) **História e consciência de classe**. Estudo de dialética marxista, Porto: Publicação Escorpião.

MANACORDA, M. A (2004) **Histórica da Educação, da antiguidade aos nossos dias**, São Paulo: Cortez.

MARX, K.; ENGELS, F (1967) **Manifesto do partido comunista**. In: LASKI, Harold J. O manifesto comunista de 1848. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, K.; ENGELS, F [19-]. **A ideologia Alemã**, Lisboa, Presença LDA.

PIRES, M.F.C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

SOUZA, Neuza. M. M. (org) MANCINI, **História da educação**, São Paulo: Avercamp, 2006.

¹ Dillenburg, 2006, p. 25)

2ⁱⁱ De acordo com a Autora “conceito de práxis de Marx pode ser entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e conseqüente da atividade prática - é prática *eivada* de teoria”.

ⁱⁱⁱ CAMBI, 1999, p. 308

^{iv} CAMBI, 1999, P. 310

^v CAMBI, 1999, loc. Cit